

EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS

CONCURSO PÚBLICO

(SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE)

CPU12025-002

PROGRAMA DO CONCURSO

DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Empreitada da obra pública de remodelação interior do edifício da Sede do Centro
Protocolar da Justiça, localizado na Rua de São Domingos de Benfica, nº 16 em Lisboa

O Vogal do Conselho de Administração

(Orlando Carvalho)

ÍNDICE

Índice

CAPÍTULO I OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO	1
Artigo 1.º - Identificação e objeto do procedimento	1
Artigo 2.º - Entidade adjudicante	1
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	2
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	2
Artigo 4.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento	2
Artigo 5.º Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento	3
Artigo 6.º Visitas	4
Artigo 7.º Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas	4
Artigo 8.º Concorrentes	5
Artigo 9.º Agrupamentos	5
Artigo 10.º Documentos da proposta	6
Artigo 11.º Propostas variantes	8
Artigo 12.º Modo de apresentação da proposta	8
Artigo 13.º Prazo para apresentação de propostas	9
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção da proposta	10
Artigo 15.º Preço Base	10
Artigo 16.º Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas	10
CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS	10
Artigo 17.º Critério de adjudicação	10
Artigo 18.º Preço anormalmente baixo	10
Artigo 19.º Esclarecimentos e suprimientos das propostas	11
Artigo 20.º Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final	11
CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO	13
Artigo 21.º Adjudicação	13
Artigo 22.º Documentos de habilitação e modo de apresentação	13
Artigo 23.º Caução	15
CAPÍTULO V – CONTRATO	16
Artigo 24.º Minuta e outorga do contrato	16
Artigo 25.º Não Outorga do Contrato	17
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS	17
Artigo 26.º Despesas e encargos	17
Artigo 27.º Informação sobre proteção de dados pessoais	17
Artigo 28.º Impugnações administrativas	19
Artigo 29.º Notificações e comunicações	19
Artigo 30.º Prevalência	19
Artigo 31.º Possibilidade de adoção do ajuste direto	19
Artigo 32.º Legislação aplicável	20
ANEXO I	21
Minuta de declaração	21

ANEXO II	23
Modelo de declaração	23
ANEXO III	24
Minuta da Proposta	24
ANEXO IV	25
Modelos de Prestação da Caução	25
MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	25
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA	26
MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO	27
ANEXO V	28
Ficha de Fornecedor	28

CAPÍTULO I OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º - Identificação e objeto do procedimento

1. O presente procedimento de concurso público nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea b) do artigo 19.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante, CCP), tem por objeto a realização de uma **EMPREITADA DA OBRA PÚBLICA DE REMODELAÇÃO INTERIOR DO EDIFÍCIO DA SEDE DO CENTRO PROTOCOLAR DA JUSTIÇA, localizado na Rua de São Domingos de Benfica, nº 16, em Lisboa**, cujas especificidades e características técnicas se encontram melhor definidas nas peças patenteadas no procedimento, Caderno de Encargos (CE) e respetivos anexos.
2. O presente procedimento rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, de ora em diante designado abreviadamente por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e respetiva legislação complementar.
3. A empreitada, objeto do presente concurso, é classificada com o código **45262690-4** de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV), correspondente à descrição de **Restauração de edifícios degradados** indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça (adiante, CPJ), pessoa coletiva n.º 502 104 512, com sede na Rua de São Domingos de Benfica, 16, 1500-559 Lisboa, com o endereço eletrónico cpjustica@cpj.pt e sítio institucional www.cpj.pt.

Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, autorizar a despesa e aprovar o procedimento foi tomada por deliberação do Conselho de Administração do CPJ, em conformidade com as competências previstas no artigo 6.º do protocolo de constituição do CPJ, publicado em anexo à Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto, e nos termos do disposto nos artigos 36.º, 38.º e 40.º, todos do CCP.

CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Artigo 4.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento do concurso público são o anúncio, o presente programa do procedimento e os seus anexos, o caderno de encargos e os seus anexos, bem como as peças técnicas patenteadas no procedimento.
2. O presente procedimento é tramitado, integralmente, na plataforma eletrónica **acinGov**, utilizada pela entidade pública adjudicante, com o seguinte endereço <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica (exceto se se verificar uma das situações previstas no n.º 5 do artigo 62.º do CCP) .
3. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica **acinGov**, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
4. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.
5. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma **acinGov** apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma. Sempre que ocorram problemas técnicos na rede pública ou na plataforma eletrónica que impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a prática de qualquer ato que, nos termos do CCP, deva ser praticado na plataforma eletrónica, a entidade adjudicante, por iniciativa própria ou a

solicitação dos concorrentes, deve tomar todas as medidas necessárias de forma a que os interessados não sejam prejudicados, podendo, nomeadamente, prorrogar o prazo para a prática desses mesmos atos, o qual aproveita a todos os interessados.

Artigo 5.º Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento

1. A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é da competência do júri do procedimento.
2. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.
3. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri nomeado para efeitos do presente concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros

ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.
7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º Visitas

1. Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados podem visitar e inspecionar o local de execução da obra objeto do presente procedimento, e realizar nele os reconhecimentos que entendam indispensáveis à elaboração das suas propostas devendo inteirar-se localmente das condições do terreno que influam no modo de execução da obra e das condições estabelecidas no caderno de encargos.
2. Para o efeito, realizar-se-á uma **visita ao local** de execução da obra no **quinto (5º) dia, às 10h30**, após publicitação em Diário da República. Quando este não for dia útil, considera-se o dia útil seguinte.
3. Os interessados deverão comparecer **quinze (15) minutos antes da hora marcada** no local de execução da obra, **à porta de entrada do edifício sito na Rua de São Domingos de Benfica, nº 16, em Lisboa**, devendo confirmar a sua presença, até ao dia útil anterior ao da visita, através da plataforma eletrónica referida <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

Artigo 7.º Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem

alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

3. Para além das situações indicadas nos números anteriores, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.
4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões no Diário da República e aproveitam a todos os interessados.

Artigo 8.º Concorrentes

1. São concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 9.º Agrupamentos

1. A proposta pode ser apresentada por um agrupamento de concorrentes, constituído por pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.

4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07.

Artigo 10.º Documentos da proposta

1. A proposta, considerada como tal a declaração negocial pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, deve ser constituída pelos seguintes documentos:
- a) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, que se anexa ao presente programa de procedimento também como **Anexo I**.
 - b) Documentos que contenham os atributos da proposta:
 - i) **Proposta contratual**, que deve obedecer ao disposto no n.º 1 do artigo 58.º e nos artigos 62.º e 66.º do CCP, e elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** a este programa de procedimento (Minuta da proposta), do qual faz parte integrante;
 - ii) Ficha de Fornecedor, conforme **Anexo V** do Convite, para fins exclusivos de integração ou atualização da base de dados de fornecedores
 - iii) Uma **lista dos preços unitários** de todas as **espécies de trabalho** previstas no projeto patenteado no procedimento, conforme discriminado no mapa de quantidades anexo ao caderno de encargos “**CPJ _PE_MQ_R03_Final**” (disponibilizado em PDF e Excel);
 - iv) **Um plano de trabalhos**, apresentado sob forma gráfica, com discriminação das diversas atividades, devendo conter, com respeito pelo prazo de execução da obra, a fixação da sequência e dos prazos parciais da execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas e a especificação dos meios (mão de obra e equipamentos), de acordo com o projeto patenteado no procedimento;
 - v) **Um plano de pagamentos com cronograma financeiro**, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os

pagamentos.

- c) **Declaração de existência de Alvará de Construção**, emitida pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (**IMPIC**) de que possui habilitação adequada e necessária à execução da obra a realizar, designadamente com as seguintes autorizações:
- i) 1ª categoria - 1ª e 3ª até à 9ª subcategorias, em classe correspondente, cada uma, ao valor dos trabalhos a que respeitam;
 - ii) 4ª categoria - 1ª e 10ª subcategorias, em classe correspondente, cada uma, ao valor dos trabalhos a que respeitam;
 - iii) 5ª categoria - 1ª, 11ª e 12ª subcategorias, em classe correspondente, cada uma, ao valor dos trabalhos a que respeitam.
2. O **preço da proposta é expresso em euros, por extenso e algarismos, e não inclui o IVA**, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável; em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso;
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
4. **Todos os documentos referidos no n.º 1 devem ser individualmente assinados**, mediante a utilização de certificados de **assinatura eletrónica qualificada**, pelo concorrente ou por representante(s) que tenha(m) poderes para o(s) obrigar, de acordo com o número 4 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. **Documento eletrónico oficial, indicando o poder de representação e assinatura do assinante**, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, nomeadamente certidão permanente do registo comercial, procuração ou documento equivalente.
6. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o

compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.

7. Os documentos da proposta serão, obrigatoriamente, redigidos em português.
8. Adicionalmente poderão ser apresentados quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

Artigo 11.º Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

Artigo 12.º Modo de apresentação da proposta

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrónica **acinGov**, <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/> até ao termo do prazo fixado no presente programa de procedimento.
2. As propostas devem ser assinadas e submetidas na plataforma eletrónica com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato *zip* ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes, nos termos da lei, a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta, de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP, caso não procedam ao suprimento das irregularidades formais, no prazo estipulado pelo júri, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º deste programa do procedimento, conjugado com a alínea c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.
7. Quando algum documento se encontre disponível na *internet*, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do *site* onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos *site* e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

Artigo 13.º Prazo para apresentação de propostas

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados, diretamente pelo concorrente ou seu representante, através da plataforma eletrónica **acinGov**, <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, até às **23h59** do **décimo quinto (15º) dia**, após a publicação em Diário da República, dia indicado na referida plataforma.
2. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.
3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção da proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de **66 dias**, contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 15.º Preço Base

O preço base para efeitos do presente procedimento é de **393.000,00 € (trezentos e noventa e três mil euros)** ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, enquanto montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

Artigo 16.º Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas

No presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação das propostas.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 17.º Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade **monofator**, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. A proposta considerada economicamente mais vantajosa será aquela que apresentar **preço mais baixo**.
3. No caso de se verificar uma situação de empate entre os concorrentes, a ordenação das propostas será efetuada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes mediante notificação através da plataforma eletrónica acinGov.

Artigo 18.º Preço anormalmente baixo

Para a presente empreitada, não é fixado o preço ou custo anormalmente baixo, sendo

aplicável o disposto no artigo 71.º do CCP.

Artigo 19.º Esclarecimentos e suprimientos das propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes os esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, nos termos e para o efeito do artigo 72.º do CCP.
4. O não suprimento pelo concorrente das irregularidades das propostas, referidas no número anterior, no prazo fixado para o efeito constitui contraordenação grave punível com coima, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 457.º do CCP.
5. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
6. Os pedidos do júri indicados neste artigo e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica **acinGov**, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 20.º Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente programa de procedimento, o júri elabora

fundamentadamente um **relatório preliminar**, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.

2. No relatório preliminar o júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente programa de procedimento ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º, todos do CCP.
3. O relatório preliminar é submetido a **audiência prévia** dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica **acinGov**, <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, para se pronunciarem em prazo de cinco (5) dias úteis.
4. A audiência prévia dos concorrentes encontra-se dispensada quando tenha sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.
5. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora **relatório final** fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do presente artigo.
6. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO

Artigo 21.º Adjudicação

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas;
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo seguinte e para prestar caução nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor.
4. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Artigo 22.º Documentos de habilitação e modo de apresentação

1. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica **acinGov**, <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
2. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP deve ser emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante.
3. Os documentos referidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, são os seguintes:
 - a) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP, em concreto, **certidão** (comprovativa da situação regularizada relativamente a dívidas) **às finanças**,

certidão (comprovativa da situação regularizada relativamente a dívidas) à **segurança social**, e **certificado de registo criminal** de pessoa coletiva e dos titulares dos órgãos sociais da pessoa coletiva, ou de pessoa singular, quando aplicável.

4. Deve ainda apresentar **Alvará de construção ou certificado de empreiteiro de obras públicas emitido pelo IMPIC**, contendo as habilitações previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do presente programa do procedimento.
5. Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve, ainda, caso se trate de uma sociedade comercial, apresentar **documento comprovativo de registo de beneficiário efetivo**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21/08, na sua redação atual.
6. Documentos comprovativos das apólices de seguros com as condições exigidas no caderno de encargos.
7. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
8. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
9. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na *internet* o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
10. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas,

os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12, ser apresentados por todos os seus membros.

11. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
12. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
13. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
14. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
15. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica **acinGov**.
16. A adjudicação caduca, se por facto que lhe seja imputável o adjudicatário, não apresentar os documentos de habilitação, conforme disposto no artigo 86.º do CCP.
17. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 23.º Caução

1. É exigida ao adjudicatário, nos termos do n.º 1 do artigo 88.º do CCP, a prestação de uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem

Página 15/28

como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.

2. O valor da caução mencionada no ponto anterior é de 5% (cinco por cento) do preço contratual.
3. O adjudicatário deve prestar a **caução no prazo de 10 dias a contar da respetiva notificação**, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
4. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos definidos no artigo 90.º do CCP, devendo ser adotado, para o efeito, um dos modelos do **Anexo IV** do presente programa.

CAPÍTULO V – CONTRATO

Artigo 24.º Minuta e outorga do contrato

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 101.º do CCP, nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
3. O contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
4. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.
5. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data, a hora e o meio eletrónico através do qual ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 25.º Não Outorga do Contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário selecionado não cumprir com os prazos e procedimentos fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos do previsto no nº 4 do artigo 54.º do CCP.
2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. No caso previsto no nº 1, poderá ser instaurado ao concorrente, cuja proposta foi adjudicada um processo de contraordenação, nos termos previstos nos artigos 455.º e seguintes do CCP.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

Artigo 26.º Despesas e encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução, se devida, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 27.º Informação sobre proteção de dados pessoais

1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a Entidade Adjudicante é a responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.
2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos,

pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos neste artigo, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.

3. A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras, para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
4. Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada são exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los à Entidade Adjudicante, nos termos previstos no RGPD.
5. Os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir o encerramento do procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 08.08, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspetivos.
6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:
 - a) A exercer perante a Entidade Adjudicante: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer

altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

Artigo 28.º Impugnações administrativas

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos regem-se pelo disposto no título VII do CCP e, subsidiariamente, pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo, e devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica **acinGov**.

Artigo 29.º Notificações e comunicações

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Artigo 30.º Prevalência

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente programa de concurso prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Artigo 31.º Possibilidade de adoção do ajuste direto

O presente procedimento contempla a possibilidade de recurso ao ajuste direto nos termos e para os efeitos das situações previstas no artigo 24.º do CCP quanto às empreitadas de obras públicas e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do CCP, quanto às empreitadas similares.

Artigo 32.º Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

ANEXO I

Minuta de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

- 1 (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:
- a)
- b)
- 3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
- 7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

(RETIRAR AQUANDO DO PREENCHIMENTO)

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

(RETIRAR AQUANDO DO PREENCHIMENTO)

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as indicações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III

Minuta da Proposta

..... (indicar nome, profissão e morada ou firma e sede), com sede em, pessoa coletiva nº, titular do Alvará contendo as habilitações da(s) Categoria(s), Subcategorias e Classe(s), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento por Concurso Público para “.....”, a que se refere o anúncio, publicado no e datado de....., obriga-se a executar o contrato em conformidade com o constante do presente programa de procedimento, respetivo caderno de encargos e demais anexos, nos seguintes termos e condições:

Preço Contratual (Total) de: €. (numerário e por extenso);

Prazo de execução da empreitada:

Prazo de manutenção das propostas 90 dias.

Ao preço da proposta supramencionado, acresce I.V.A., à taxa legal de ____%, no valor de € (..... euros), perfazendo o montante global de € (..... euros).

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato a celebrar, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local), ... (data), ... [assinatura]..

ANEXO IV

Modelos de Prestação da Caução

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco _____, à ordem da _____, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros ... € ...

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida para o “Concurso público XXXXXXXXXXXXXXXX”, nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem _____, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco _____, com sede em _____, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o capital social de EUR: _____ [por extenso e por algarismos], presta a favor de _____, uma garantia bancária autónoma irrevogável, à primeira solicitação, no valor de EUR __ [por extenso e por algarismos], correspondente a% (... por cento), destinada a garantir a boa e integral execução e o cumprimento das obrigações que _____ [empresa adjudicatária] assume com a adjudicação e no contrato que com ela a _____ (entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto a aquisição de bens/serviços designada: “Concurso público XXXXXXXXXXXX”, regulado nos termos da legislação aplicável (artigo 88.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar e a fazer a entrega incondicional irrevogável, sem quaisquer restrições, daquela quantia à primeira solicitação do XXXXXXXXXXXX, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ [empresa adjudicatária] assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

Esta garantia manter-se-á em vigor até ser cancelada pela beneficiária, mediante comunicação escrita e enviada para o efeito ao banco _____, informando que cessaram todas as obrigações decorrentes do contrato acima especificado, o que deverá ser feito imediatamente após a extinção daquelas obrigações.

Quaisquer questões referentes a esta garantia serão resolvidas de acordo com a legislação portuguesa, sendo o foro competente o de Lisboa, com renúncia expressa de qualquer outro.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A companhia de seguros _____, com sede em _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o capital social de EUR: _____ [por extenso e por algarismos], presta a favor da _____ (entidade adjudicante) e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador do seguro], garantia à primeira solicitação, no valor de EUR: _____ [por extenso e por algarismos], correspondente a ...% (... por cento), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [empresa adjudicatária] assume com a adjudicação e no contrato que com ela o XXXXXXXXXXXX vai outorgar e que tem por objeto a aquisição de bens/serviços designada: “Concurso público XXXXXXXXXXXX”, regulado nos termos da legislação aplicável (artigo 88º e seguintes do Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da _____ (entidade adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ [empresa adjudicatária] assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

Este seguro manter-se-á em vigor até ser cancelado pela beneficiária, mediante comunicação escrita e enviada para o efeito ao banco _____, informando que cessaram todas as obrigações decorrentes do contrato acima especificado, o que deverá ser feito imediatamente após a extinção daquelas obrigações.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO V

Ficha de Fornecedor

FICHA DE FORNECEDOR

Nome ou denominação social: Clique ou toque aqui para introduzir texto.

Morada: Clique ou toque aqui para introduzir texto.

Código Postal: Clique ou toque aqui para introduzir texto. **Localidade:** Clique ou toque aqui para introduzir texto.

Concelho: Clique ou toque aqui para introduzir texto. **Distrito:** Escolha um item.

Tel.: Clique ou toque aqui para introduzir texto. **E-mail:** Clique ou toque aqui para introduzir texto.

NIF/ NIPC: Clique ou toque aqui para introduzir texto. **Retenção na fonte:** Escolha um item.

NISS: Clique ou toque aqui para introduzir texto.

Objeto social ou descrição sucinta da atividade comercial ou produtos comercializados: Clique ou toque aqui para introduzir texto.

Pessoa: ☐ Singular ☐ Coletiva – **Classificação/Dimensão da empresa:**¹: Escolha um item.

Dispõe de solução de faturação por EDI?² : Escolha um item.

Dispõe de serviço de entrega: Escolha um item.

Condições de pagamento: Escolha um item. [O CPJ trabalha preferencialmente a 30 dias]

Se outra, indicar: Clique ou toque aqui para introduzir texto.

Pagamento por transferência bancária para a conta da titularidade do fornecedor:

IBAN: PT50 Clique ou toque aqui para introduzir texto. **SWIFT CODE:** Clique ou toque aqui para introduzir texto.

: Clique ou toque aqui para introduzir texto.

Pelo presente, declaro que autorizo, de forma livre, consciente e informada, o Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça a proceder ao tratamento dos dados acima mencionados, para fins exclusivos de registo e integração na sua base de dados de fornecedores, nomeadamente para efeitos de eventual seleção em futuros procedimentos e processamento de pagamentos, considerando-me informado/a de que poderei, a qualquer momento, retirar o meu consentimento, de forma livre e gratuita, mediante comunicação dirigida ao CPJ, para os contactos em rodapé.

Mais declaro, sob minha inteira responsabilidade, que as informações acima prestadas são verdadeiras e completas e que em caso de alteração, deverei dar conhecimento com a maior brevidade possível, através do envio da ficha atualizada.

¹ De acordo com as definições da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003.

² Implementação obrigatória de faturação eletrónica, exceto para proc. de ajuste direto simplificados.